# DESACELERAR OU PERECER

TIMOTHÉE PARRIQUE

# DESACELERAR OU PERECER

## A economia do decrescimento

**TIMOTHÉE PARRIQUE**

TRADUÇÃO Maria Alice Stock

quina

# Sumário

**Introdução** 9

**1. A vida secreta do PIB** 17

A economia antropológica 18
A história do PIB 24
As fronteiras do PIB 27
O crescimento: uma questão de tamanho e velocidade 33
Os ingredientes da atividade econômica 37
Progresso técnico e progresso econômico 41
Os motores do crescimento 44
A ideologia do crescimento 47

**2. O desacoplamento impossível** 55

Crescimento verde e desacoplamento 55
O desacoplamento: uma *fake news* 58
Um desacoplamento improvável 71

**3. Mercado contra sociedade** 97

A esfera da reprodução 97
O orçamento de tempo da economia 101
O fantasma mágico da inovação 103
O "progresso técnico" realmente nos faz ganhar tempo? 105
A contradição da reprodução social 108
Triste crescimento 112
O que é a mercantilização? 114
A corrupção das mercadorias 117
A mercantilização como dissolução do social 119
A economização das mentalidades 122

**4. Falsas promessas** 127

A pobreza 127
As desigualdades 133
O emprego 141
Orçamento público 148
A qualidade de vida 154

**5. Pequena história do decrescimento** 165

A pré-história do decrescimento 166
O nascimento do decrescimento 174
O decrescimento hoje 183

**6. Um caminho de transição** 201

Uma redução da produção e do consumo 201
Para aliviar a pegada ecológica 208
Planejado democraticamente 214
Em um espírito de justiça social 220
E em favor do bem-estar 226

**7. Um projeto de sociedade** 233

Uma economia estacionária 234
Em harmonia com a natureza 236
Onde as decisões são tomadas em conjunto 241
Onde as riquezas são compartilhadas com equidade 248
A fim de poder prosperar sem crescimento 252

**8. Controvérsias** 257

Repulsivo? 258
Doloroso? 260
Ineficaz? 262
Empobrecedor? 266
Egoísta? 268
"Austeritário"? 270
Capitalista? 273
Anti-inovação? 275
Anti-empresa? 278
Contra a natureza? 280
Inaceitável? 282
Totalitário? 284

**Conclusão** 287

*Agradecimentos* 299

*Notas* 301

# Introdução

## *Economia: uma questão de vida ou morte*

Seguindo a tradição deste tipo de livro, eu deveria começar constatando a extrema gravidade da nossa situação. Eu faria o habitual inventário das catástrofes ecológicas e suas consequências sociais, mostraria números impactantes e acrescentaria uma e outra história para chamar a atenção. Mas para que perdermos tempo? Todo mundo já sabe que vivemos uma situação sem precedentes. O "colapso ambiental"[1] que enfrentamos traz a cada dia uma quantidade enorme de desastres, e raros são aqueles que ousariam contestar a responsabilidade da nossa espécie.

Bem-vindos ao Antropoceno. Coincidindo com o começo da Revolução Industrial, esse é o nome que os cientistas deram ao período "no qual as atividades humanas exercem impactos consideráveis e deletérios sobre os ecossistemas globais, tornando a humanidade a principal força de mudança da Terra" (definição do dicionário *Larousse*). A responsabilidade pelo apocalipse seria, portanto, da humanidade como um todo (*anthropos*), da espalhafatosa família *sapiens*: uma falha moral generalizada que deveria envergonhar cada um de nós e cuja expiação só poderia ser coletiva.

A humanidade como um todo. Mas será que é isso mesmo? Em 2021, as famílias 10% mais ricas do mundo possuíam 76% do patrimônio global e mais da metade de toda a renda, ou

seja, uma riqueza 38 vezes maior e uma renda 6 vezes maior do que a metade mais pobre da humanidade.* Pior: o 1% mais rico (somente 51 milhões de pessoas) capturou 38% da riqueza produzida desde 1995, enquanto a metade mais pobre da humanidade recebeu somente 2%. A mesma situação ocorre em um país como a França, onde os 10% mais afortunados possuem quase a metade do patrimônio nacional e um terço de toda a renda.**

Direito à fortuna significa direito de poluir. Os 10% mais ricos na escala global são responsáveis pela metade das emissões totais de gases de efeito estufa.[2] A simetria entre riqueza e emissões é quase perfeita. Essa "elite da poluição"[3] polui 4 vezes mais do que a metade mais pobre da humanidade.***

.....

* Segundo o *World Inequality Report* [Relatório Mundial da Desigualdade] (2022, p.26-27), os 10% mais ricos em escala planetária representam 517 milhões de pessoas com uma renda mensal média de 7.300 euros e um patrimônio médio de 550.900 euros. Eles possuem 76% do patrimônio mundial e 52% de toda a renda. A metade mais pobre da humanidade abrange 2,5 bilhões de indivíduos; eles ganham em média 230 euros por mês e possuem em média 2.900 euros de patrimônio. Essa metade mais pobre possui somente 2% da riqueza mundial e recebe apenas 8% da renda global.

** De acordo com o "Relatório sobre os ricos na França" (*Observatoire des inegalités*, 2022, p.12-13), os 10% mais ricos entre os franceses – ou seja, aqueles com renda a partir de 3.673 euros por mês (4,5 milhões de pessoas) e um patrimônio mínimo de 607.700 euros (2,9 milhões de pessoas) – concentram 46% da riqueza nacional e recebem 28% da renda bruta total (antes dos impostos).

*** Segundo o relatório da Oxfam de 2020, *Confronting carbon inequality* [Confrontando a desigualdade de carbono], meio bilhão de pessoas

A injustiça desse "apartheid planetário"[4] é dupla: os ricos poluem e os pobres sofrem as consequências. O pescador somali que vê os peixes desaparecerem e o nível do mar subir provavelmente nunca andou de avião. Ele não participou nem do aquecimento, nem da pesca industrial. No entanto, ele estará entre os primeiros a pagar o preço. As populações mais vulneráveis serão as mais atingidas, começando por aquelas dos países mais pobres, que bebem água contaminada, respiram fumaças tóxicas, vivem perto de aterros sanitários, sofrem com inundações e ondas de calor etc. Essa noção de Antropoceno oculta desigualdades profundas: mesmo que sejamos da mesma espécie, não somos iguais nem em termos de responsabilidade, nem no perigo que corremos diante das catástrofes ecológicas de hoje e de amanhã.

Digamos com clareza: o colapso ecológico não é uma crise, é um massacre.[5] A desregulação do clima é uma "violência lenta"[6] e difusa, um desgaste que se exerce progressivamente, de início contra as populações mais pobres, mas que aos poucos vai subindo pelas classes sociais. Essa situação nada tem a ver com uma suposta natureza humana. Ela é um sintoma de uma organização social específica, ligada a determinada visão política do mundo. Este é o argumento que defenderei ao longo deste livro: a causa primeira da catástrofe ecológica não é a humanidade, mas o capitalismo, a hegemonia do econômico sobre todo o resto, e a busca desenfreada pelo crescimento.

Vamos, portanto, esquecer o Antropoceno e dar preferência aos termos *Capitaloceno*, *Econoceno* e *PIBoceno*.[7] Indo

já usaram 56% do orçamento de carbono disponível para limitar o aquecimento a 1,5 °C, enquanto os 2,5 bilhões mais pobres usaram apenas 4%.

diretamente ao ponto: a economia tornou-se uma arma de destruição em massa. O economista Serge Latouche retoma em seus textos a terminologia de Hannah Arendt e fala da "banalidade econômica do mal":[8] um sistema que orquestra o massacre dos seres vivos, diluindo a culpa daqueles que são responsáveis. Cada um se atém à sua tarefa, justificando sua ação e dizendo a si mesmo que, caso não cumprisse essa tarefa, outros o fariam em seu lugar.

Quantos funcionários de banco se empenham em inventar produtos financeiros tóxicos e quantos engenheiros se dedicam a projetar superiates? Quantos gestores demitem funcionários por motivos "econômicos"? Quantos publicitários promovem produtos nocivos e fúteis? Quantos operários de abatedouro brutalizam e assassinam animais de forma mecânica? Quantos lobistas mentem para proteger os interesses das energias fósseis? "Eu preciso pagar as contas", respondem aqueles que são criticados por destruir o mundo. "Se eu não fizer, alguém vai fazer no meu lugar."

Essa violência é um fenômeno emergente, uma espécie de desordem espontânea que ninguém antecipou e que nossos comportamentos sociais mais banais levam ao absurdo. É preciso reembolsar um empréstimo, pagar uma fatura, satisfazer os acionistas, gerar resultados; somos reféns de um sistema que, em parte, determina previamente comportamentos que de outro modo seriam considerados imorais.

Emprestaríamos dinheiro a nossos amigos a taxas predatórias? Faríamos propaganda para constranger amigos e familiares a comprarem produtos de que não precisam? Decidiríamos demitir um amigo porque alguém, do outro lado do planeta, pode trabalhar por menos? Evidente que não. Se a mina de cobalto ficasse no meu jardim e meus filhos trabalhassem nela, eu pensaria duas vezes antes de trocar de celular.

No entanto, não temos escolha. A economia se impõe por meio de regras que concordamos em respeitar: um preço, um contrato de trabalho, um empréstimo imobiliário, regras contábeis. O problema não é a existência da economia em si (toda sociedade sempre organizou suas atividades produtivas de um modo ou de outro), mas sim as regras que damos a ela hoje e o objetivo central que a mobiliza: *o crescimento*. Seja na renda dos indivíduos, no lucro das empresas ou no PIB de um país, o que parece é que em economia *mais* seria sempre sinônimo de *melhor*.

O que significa "crescimento"? A palavra é onipresente, mas nunca explicada de verdade, muito menos desconstruída. Argumento mágico de campanhas eleitorais, incansável resposta ao desespero das famílias, essa palavra invadiu tanto nosso imaginário que ninguém hesita em dar uma opinião a respeito. No entanto, são raros aqueles que sabem o que é crescimento, como ele é medido, os vínculos complexos que mantém com a natureza, o emprego, a inovação, a pobreza e as desigualdades, a dívida pública, a coesão social e o bem-estar. Nascido de um conceito contábil nos anos 1930 (o Produto Nacional Bruto), o crescimento se tornou um mito com mil conotações. Progresso, prosperidade, desenvolvimento, proteção, inovação, poder, felicidade; o crescimento não seria apenas um indicador, mas um campo simbólico repleto de projeções coletivas e individuais.

Crescimento verde, crescimento circular, crescimento inclusivo, crescimento azul: cinquenta tons de crescimento, mas sempre crescimento. O domínio dessa matriz "crescentista" sobre nosso imaginário coletivo é tal que em vez de considerarmos as consequências do nosso modelo econômico sobre o planeta, nós nos preocupamos com os impactos do aquecimento global sobre o PIB. É o mundo virado de cabeça

para baixo. É fácil imaginar nosso planeta em todos os tipos de distopia estilo *Black Mirror*, mas imaginar uma economia na qual se produziria menos do que hoje seria considerado uma heresia.

O crescimento tinha outrora uma função clara: estimular a economia estadunidense após a Grande Depressão, produzir equipamentos necessários para a guerra, acabar com a fome, erradicar a pobreza, assegurar o pleno emprego, ou reconstruir a Europa. Sua medida permitia avaliar o progresso dessas diferentes finalidades. Ao longo das décadas, o indicador se tornou o objetivo em si: o crescimento pelo crescimento, sem nenhum outro objetivo subjacente. Mas produzir por produzir é um objetivo sem substância. Nós, habitantes dos países que o restante do mundo olha com inveja, continuamos a sacrificar tempo e recursos para produzir e consumir mais, embora não tenhamos nada a ganhar (e tenhamos muito a perder) com essa obstinação em fazer crescer o PIB. Poderíamos fazer uma analogia com um jovem adulto que, tendo terminado de crescer, teimasse em ganhar mais altura sem compreender que, passada certa idade, o crescimento não se mede mais em centímetros.

No momento em que escrevo estas linhas, cada centímetro suplementar se obtém com dor. A Terra está sobreaquecida, as sociedades em *burnout*, e o PIB se torna uma espécie de contagem regressiva do fim do mundo.[9] Uma contagem regressiva terrível, pois é exponencial: quanto maior a economia, mais depressa ela cresce. Uma taxa de crescimento de 2% ao ano faz dobrar o tamanho da economia a cada 35 anos. Estamos dentro de um ônibus que corre a toda velocidade, e cada vez mais rápido, em direção a uma falésia e aclamamos como progresso cada aumento da velocidade. Não faz sentido. Maximizar o crescimento equivale a pôr o pé no

acelerador com a certeza de perecer em um colapso social e ecológico.

Podemos falar em *aterrissagem*, *regime*, *decrescimento*, *desescalada*, *descida*, *harmonização*, *sobriedade*, ou sugerir qualquer outra analogia. O desafio diante de nós é aquele do menos, do mais leve, do mais lento, do menor. É o desafio da sobriedade, da frugalidade, da moderação e da suficiência. Mas trata-se de uma aterrissagem, não de um *crash*; de um regime, não de uma amputação; de uma desaceleração, não de uma parada. Sabemos que é preciso desacelerar, e será preciso agora imaginar como planejar de modo inteligente essa transição para que ela seja feita de modo democrático, com o intuito de promover justiça social e bem-estar.

Para isso, será preciso se libertar da "mística do crescimento",[10] ou seja, desnaturalizar o crescimento econômico como fenômeno. Devemos urgentemente trazer um olhar crítico para práticas que normalizamos[11] como naturais e universais. Toda empresa precisa ter lucro? Devemos deixar os mercados decidirem o que produzir? Um governo deve visar ao aumento do PIB? O argumento que defenderei aqui é de que o crescimento não é uma fatalidade, mas uma escolha.

As implicações dessa tese são mais importantes do que parece: se o crescimento não é provocado pela natureza humana e sim por certas instituições socialmente construídas, é possível imaginar uma economia que funcione sem necessariamente produzir e consumir mais. O desafio deste livro é imaginar o decrescimento como uma transição para uma economia do pós-crescimento.

Esta é a dupla definição que nos guiará ao longo do livro: o decrescimento como uma redução da produção e do consumo para aliviar o impacto ecológico, planejada democraticamente a partir de um espírito de justiça social e promoção do

bem-estar. Decrescimento até onde? Resposta: até o "pós-crescimento", até uma economia estacionária em harmonia com a natureza, em que as decisões são tomadas em conjunto e as riquezas compartilhadas de modo equitativo a fim de poder prosperar sem crescimento.

Um desafio triplo nos espera: compreender em que medida o modelo econômico do crescimento é um impasse (o repúdio), desenhar os contornos de uma economia do pós-crescimento (o projeto) e conceber o decrescimento como transição até ela (o trajeto).[12] Ao longo dos capítulos, este livro defende uma ideia simples, mas radical: o crescimento tornou-se um problema existencial. A nossa sobrevivência hoje depende de sermos capazes de mudar nosso modelo econômico.

# 1. A vida secreta do PIB

## *Entre fenômeno e ideologia*

Incensado pelos economistas, adulado pelos políticos: o crescimento econômico é nosso mantra, "a busca perpétua" de nossas políticas econômicas, como anuncia abertamente o site do Ministério da Economia francês. Verdadeiro barômetro de nossas sociedades modernas, o Produto Interno Bruto (PIB) manda e desmanda. É o número que precisamos conhecer, aquele que os chefes de Estado repetem à vontade para justificar seu lugar entre as grandes nações e que a maior parte da imprensa comenta sete dias por semana. Em toda parte e em uníssono, pobres, ricos, inquilinos, proprietários, funcionários públicos ou de empresas privadas devem desejar esse crescimento e orgulhar-se dele.

Mas o que é o crescimento? Aumento do PIB, responderão alguns. Certo. Mas definir o crescimento como aumento do PIB seria o mesmo que definir o calor como aumento de temperatura. É uma descrição sem explicação. Assim como a matéria escura dos físicos, o crescimento tem seus próprios segredos que os manuais de economia não revelam. No entanto, é necessário desvendá-los para compreender seu papel na crise que atravessamos hoje. Pois, se o crescimento se tornou o principal motor da insustentabilidade social e ecológica, compreendê-lo e desmistificá-lo é o único meio de escaparmos dela.

## A economia antropológica

Para podermos falar de crescimento econômico, antes é preciso definir (ou melhor, redefinir) o que é economia e para que ela serve. A "esfera das trocas comerciais" descreve somente uma parte ínfima de nossas vidas. Imaginemos então a economia como um iceberg: o que acontece dentro das lojas, das fábricas ou da administração pública, aquilo que sabemos quantificar, a economia medida pelo PIB, é somente a parte visível de uma estrutura maior.

Nossa maneira de apreender e estudar a economia resulta de uma série de exclusões. O sistema de contas nacionais consiste em fazer o inventário de certas atividades, incluindo as produções ditas "econômicas" (principalmente as atividades comerciais) e excluindo as outras (por exemplo, os serviços ecossistêmicos, a ajuda mútua e o voluntariado). Mas essa divisão não passa de convenção metodológica. Não é porque alguns estatísticos decidem que é difícil demais integrar a polinização e a reciprocidade nas contas nacionais que elas não têm valor. *O que conta nem sempre pode ser contabilizado, e o que é contabilizado não necessariamente conta* – uma frase que todos os economistas deveriam saber de cor.

Para começar, retiremos o iceberg da água e ampliemos a definição de economia. Economia é *a organização social da satisfação de necessidades*. O termo vem, aliás, do grego *oikonomia*, a administração da casa (*oikos*, casa, *nomos*, administrar). A caça, a pesca, a colheita, a indústria, o artesanato, as criptomoedas, os brechós e os hospitais públicos, qualquer comunidade humana dota-se de uma economia a partir do momento em que ela se organiza por meio de regras e procedimentos para atender a necessidades. Este ponto é fundamental: a economia é, antes de tudo, uma forma de ajuda

mútua, significa fazer juntos o que não poderíamos realizar sozinhos.

Essa economia que eu qualificaria de "antropológica" não se mede em euros, mas em quilogramas de materiais utilizados, em joules de energia mobilizada e em horas de trabalho. Antes mesmo de falar de dinheiro, que é apenas uma forma intermediária do valor, a economia refere-se a *tempo*, *trabalho* (portanto, energia) e *matéria*. Temos aqui as três principais fontes de valor, os fluxos primários sem os quais qualquer economia (seja qual for seu sistema de organização) não poderia existir.

Vamos dividir agora todas as atividades econômicas em cinco grandes famílias: a *extração*, a *produção*, a *alocação*, o *consumo* e o *descarte*.* Entendo por *extração* a obtenção de um recurso natural: eu corto uma árvore na floresta. A *produção* transforma esse recurso para criar um produto: eu uso a madeira para fabricar uma cadeira. A *alocação* (do latim *allocare*, colocar) transfere esse bem, seja pela doação (eu dou a cadeira para um amigo), pela reciprocidade (eu a empresto a um vizinho), pela repartição (eu dou a cadeira a uma instância coletiva que em seguida a atribui a alguém), ou pela venda (eu a troco por dinheiro em um mercado). O *consumo* é o ato de uso, que pode ser individual (a pessoa que está de posse da cadeira se senta nela) ou coletivo (sentar-se em um

* Este vocabulário se refere a uma relação bem específica com a natureza. A *extração* implica uma forma de pilhagem e o *descarte* a transferência para um ambiente externo ao nosso. Algumas comunidades pré-modernas possuem uma cosmologia menos violenta, que deveria levar os economistas ocidentais à seguinte reflexão: e se considerássemos a "extração" mais como um "empréstimo" da mãe natureza, empréstimo que seria preciso honrar um dia?